

“Desprezo” do Telegram é punido com suspensão

Ministro Alexandre de Moraes, do STF, determina a paralisação “completa e integral” do aplicativo no Brasil, sob a justificativa de descumprimento de ordens judiciais, como a que exige bloqueio de perfis do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos

» LUANA PATRIOLINO

Após sucessivas tentativas de acordo com o Telegram, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, o bloqueio da rede no Brasil. Conforme decisão do magistrado, as plataformas digitais e provedores de internet devem adotar mecanismos para inviabilizar a utilização do aplicativo.

A ordem de Moraes atende a um pedido da Polícia Federal e ocorre após a plataforma não atender a decisões judiciais para bloqueio de perfis apontados como disseminadores de informações falsas, entre eles o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos.

Segundo a PF, o Telegram “é notoriamente conhecido por sua postura de não cooperar com autoridades judiciais e policiais de diversos países, inclusive colocando essa atitude não colaborativa como uma vantagem em relação a outros aplicativos de comunicação, o que o torna um terreno livre para proliferação de diversos conteúdos, inclusive com repercussão na área criminal”.

Nos meses passados, o Telegram obedeceu a uma determinação de Moraes e derrubou contas indicadas pelo ministro. A decisão atingiu os três perfis de Allan dos Santos. No entanto, o bolsonarista criou outros perfis para espalhar notícias falsas e atacar instituições democráticas.

Além do pedido da PF, Moraes baseou sua determinação no Marco Civil da Internet. “O ordenamento jurídico brasileiro prevê a necessidade de que as empresas que administram serviços de internet no Brasil atendam às decisões judiciais que determinam o fornecimento de dados pessoais ou outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, circunstância que não tem sido atendida pela empresa Telegram”, enfatizou.

O ministro ainda determinou que o Google (administrador do Android) e a Apple (do sistema iOS) impeçam o acesso dos celulares ao Telegram e retirem o aplicativo das suas lojas de apps. Ele fixou multa diária de R\$ 100 mil a quem tentar burlar essa determinação.

Ricardo/STF



Moraes: “A plataforma Telegram deixou de atender ao comando judicial, em total desprezo à Justiça Brasileira”

O que levou ao bloqueio

» A rede chega ao Brasil e não coloca limites de compartilhamentos e fiscalização de fake news

» TSE tenta firmar parcerias com a plataforma. A empresa não responde à Corte e segue sem representação no Brasil

» Telegram não responde formalmente ao pedido do STF para apagar perfis ligados ao blogueiro bolsonarista Allan dos Santos

» No fim de fevereiro, o

ministro Alexandre de Moraes ameaça suspender o Telegram, caso o aplicativo não cumpra ordem para remover canais em 24 horas

» Telegram cumpre a decisão e evita o bloqueio na ocasião

» Allan dos Santos volta a criar canais

» Polícia Federal recomenda a suspensão do aplicativo

» Alexandre de Moraes ordena bloqueio da rede em todo o território nacional

Em nota, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou ter sido informada oficialmente da decisão da Corte e disse que “providenciou o imediato encaminhamento

da decisão judicial às entidades atantes no setor regulado que possuem pertinência com a determinação judicial”.

Criado na Rússia e sediado em Dubai, nos Emirados Árabes,

o Telegram está presente em 53% dos celulares no Brasil. O crescimento da plataforma tem causado apreensão de autoridades brasileiras, que temem disseminação de fake news, principalmente durante o período eleitoral. A Justiça também enfrenta dificuldade de lidar com a empresa, que não tem representação no Brasil.

Extremistas

Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. A plataforma permite conjuntos com 200 mil pessoas, além de compartilhamento irrestrito. O presidente Jair Bolsonaro (PL) abraçou com entusiasmo a rede. Com mais de 1 milhão de inscritos, ele é bastante assíduo e compartilha diariamente vídeos, pronunciamentos e andamentos de propostas em todas as esferas do governo.

A rede também atrai interessados em espalhar notícias falsas e disseminar conteúdo violento. Também é possível encontrar grupos de vendas de armas, drogas, CPF e até mesmo compartilhamento de pornografia infantil.

O professor Victor Plaia, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que a suspensão do Telegram interrompe um movimento estratégico de comunicação que tem como foco o período eleitoral. “Entre os apoiadores mais fervorosos de Bolsonaro, a adesão foi muito alta. O grupo que se concentrava no aplicativo e participava nos chats pode ser visto como um núcleo duro da militância”, frisou.

Alexandre de Moraes é relator do inquérito sobre as milícias digitais no STF. O ministro também é vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e vai comandar a Justiça eleitoral deste ano. A propagação de notícias falsas será o maior desafio da gestão dele.

Bolsonaro: “Inadmissível”

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o bloqueio do Telegram no país.

“Quem se eleger presidente, indica dois ministros ao STF. E, quando se fala em STF eu pensando hoje (ontem), em Rio Branco, tive uma notícia, no mínimo, triste. A decisão de um ministro de simplesmente banir do Brasil o aplicativo Telegram”, discursou em evento da Igreja Assembleia de Deus no Acre. “Deixo claro que 70 milhões de pessoas usam Telegram no Brasil para fazer negócios, se comunicar com a família, para lazer, e uma parte considerável, fazer o contato com hospital, paciente, médico. Olha as consequências da decisão monocrática de um ministro do STF: Ele disse ser “inadmissível uma decisão dessa natureza”.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, anunciou ter determinado aos servidores da pasta que “estudem imediatamente uma solução” para reverter a decisão do magistrado.

Bolsonaro tem 1,096 milhão de seguidores no Telegram, plataforma vista como a boia de salvação de apoiadores do chefe do Executivo, enquadrados por Twitter, Facebook e Instagram.

O professor Victor Plaia, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que a suspensão do Telegram interrompe um movimento estratégico de comunicação que tem como foco o período eleitoral. “Entre os apoiadores mais fervorosos de Bolsonaro, a adesão foi muito alta. O grupo que se concentrava no aplicativo e participava nos chats pode ser visto como um núcleo duro da militância”, frisou.

Alexandre de Moraes é relator do inquérito sobre as milícias digitais no STF. O ministro também é vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e vai comandar a Justiça eleitoral deste ano. A propagação de notícias falsas será o maior desafio da gestão dele.

Fundador do aplicativo alega “falha de comunicação”

O fundador do Telegram, o russo Pavel Durov, usou o próprio canal do aplicativo para pedir desculpas ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo que chamou de “negligência” da empresa e pediu um adiamento do bloqueio definitivo da plataforma. Também afirmou que uma falha de comunicação levou o Telegram a descumprir a última determinação do ministro Alexandre de Moraes.

“Em nome de nossa equipe, peço desculpas ao Supremo Tribunal Federal por nossa negligência. Definitivamente, poderíamos ter feito um trabalho melhor”, escreveu.

Durov acusou um problema de comunicação entre o Telegram e o STF como motivo de não ter respondido à Corte no começo de março. Segundo ele,

a última vez em que a empresa cumpriu uma determinação da Corte, quando suspendeu contas do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, no final de fevereiro, a plataforma apresentou um endereço de e-mail exclusivo para responder a esse tipo de demanda no futuro.

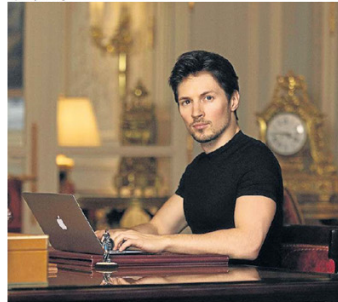
A Corte, porém, teria ignorado a solicitação e usado os endereços antigos ao encaminhar a nova decisão — no último dia 8, Moraes ordenou outro bloqueio de um perfil com o nome do blogueiro.

“Cumprimos uma decisão judicial anterior, no final de fevereiro, e respondemos com uma sugestão de enviar futuras solicitações de remoção para um endereço de e-mail dedicado. Infelizmente, nossa resposta deve ter sido pedida, porque o tribunal

usou o antigo endereço de e-mail de uso geral em outras tentativas de entrar em contato conosco”, argumentou. “Como resultado, perdemos sua decisão no início de março que continha uma solicitação de remoção. Felizmente, já o encontramos e processamos, entregando hoje (ontem) outro relatório ao tribunal”, justificou. O fundador pediu ainda que a Corte considere adiar a decisão para que o Telegram possa nomear um representante no Brasil e “estabelecer uma estrutura para reagir a futuras questões urgentes como esta de maneira acelerada”.

O CEO completou, ainda, que estabelecerá um canal de comunicação confiável a partir de agora, para processar “solicitações de remoção de canais públicos que são ilegais no Brasil”.

Reprodução/Instagram



Durov pediu desculpas ao STF e disse que nomeará representante

» Condições para reverter a suspensão

Para reverter a suspensão de seu funcionamento no Brasil, o Telegram vai ter que cumprir uma série de decisões do ministro Alexandre de Moraes, que, até o momento, foram ignoradas pela plataforma. Além dos despachos referentes à conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, foi descumprida a determinação para exclusão de uma publicação do presidente Jair Bolsonaro que ataca as urnas eletrônicas com alegações falsas e sem provas sobre supostas fraudes. A empresa ainda precisará pagar as multas diárias fixadas em cada uma das decisões não cumpridas e indicar, em juízo, qual sua representação oficial no Brasil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2